

AES Tucano Holding I S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em 31 de dezembro de
2020 e 2019

ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas	1
Balancos Patrimoniais	2
Demonstrações dos Resultados	4
Demonstrações dos Resultados Abrangentes	5
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	6
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	7
Notas explicativas às demonstrações Contábeis	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar -
Torre A04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP -
Brasil Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Diretores e Acionistas da
Tucano Holding I S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Tucano Holding I S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Tucano Holding I S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada, “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações contábeis individuais do exercício anterior

Os valores correspondentes, individuais, relativos às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação nas demonstrações contábeis individuais do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatórios datados em 14 de dezembro de 2020, sem qualquer modificação.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração à respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 05 de outubro de 2021.

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori

Contador CRC 1SP245014/O-2

BALANÇOS PATRIMONIAIS
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e período findo em 31 de dezembro de 2019
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	Controladora	
		2020	2019
<u>ATIVO CIRCULANTE</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	18.100	–
Imposto de renda e contribuição a recuperar		18	–
Outros créditos	4	9.631	–
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		27.749	–
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>			
Investimentos	5	52.355	–
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		52.355	–
TOTAL DO ATIVO		80.104	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas individuais e consolidadas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e período findo em 31 de dezembro de 2019
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	Controladora	
		2020	2019
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>			
Fornecedores	6	–	13
Tributos a pagar	7	6	–
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		6	13
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social subscrito e integralizado	8	80.813	–
Prejuízos Acumulados		(715)	(13)
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		80.098	(13)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		80.104	–

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e período findo em 31 de dezembro de 2019
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado
		2020	2019	2020
DESPESAS OPERACIONAIS				
Gerais e administrativas	9	(247)	(13)	(566)
TOTAL DAS DESPESAS OPERACIONAIS		(247)	(13)	(566)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS				
		(247)	(13)	(566)
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras		163	–	516
Despesas financeiras		(1)	–	(112)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	10	162	–	404
Resultado de Equivalência Patrimonial	5	(578)	–	(264)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		(663)	(13)	(426)
Contribuição social		(15)	–	(90)
Imposto de renda		(24)	–	(186)
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	11	(39)	–	(276)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO / PERÍODO		(702)	(13)	(702)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e período findo em 31 de dezembro de 2019
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020
Prejuízo do exercício / Período	(702)	(13)	(702)
Outros resultados abrangentes	–	–	–
TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO / PERÍODO	(702)	(13)	(702)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e período findo em 31 de dezembro de 2019
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Descrição	Notas	Capital social	Prejuízos Acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 07 de março de 2019		-	-	-
Prejuízo do período		-	(13)	(13)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		-	(13)	(13)
Aumento de capital	8	80.813	-	80.813
Prejuízo do exercício		-	(702)	(702)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		80.813	(715)	80.098

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e período de nove meses findo em 31 de dezembro
 de 2019
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota	Controladora		Consolidado
		2020	2019	2020
Atividades operacionais:				
Prejuízo do exercício / Período		(702)	(13)	(702)
Ajustes para conciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:				
Resultado de equivalência patrimonial	5	578	–	264
Variação dos ativos e passivos operacionais		(9.656)	13	(9.342)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		(9.780)	–	(9.780)
Atividades de investimentos:				
Aumento de capital em coligada	5	(12.239)	–	(12.239)
Alienação de capital em controladas		40.119	–	40.119
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos		27.880	–	27.880
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		18.100	–	18.100
No início do exercício / período		–	–	–
No final do exercício / período		18.100	–	18.100
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		18.100	–	18.100

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas individuais e consolidadas.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A AES Tucano Holding I S.A. (“Companhia”), com sede Avenida das Nações Unidas, n.º 12.495, 12º andar, Brooklin Paulista, Sala Confiabilidade, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade por ações de capital fechado, controlada diretamente pela AES Tietê Energia S.A. e pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América a partir de 03 de agosto de 2017). Foi constituída em 07 de março de 2019 e tem por objeto social a participação, direta ou indireta, no capital de outras sociedades como acionista, quotista, por meio de outras modalidades de investimento, como subscrição ou aquisição de debêntures, bônus de subscrição ou partes beneficiárias, ou ainda por qualquer outra forma admitida em lei, que atuem na área de geração de energia elétrica em toda as suas formas, bem como na comercialização de energia elétrica proveniente das usinas.

Aquisição de ativos do Complexo Eólico Tucano

Em 08 de março de 2019, a AES Tietê Energia S.A. (“Controladora”) assinou um Acordo de Opção de Compra no valor de R\$1.000 para aquisição de um pipeline de projetos de geração eólica. A opção de compra conferia o direito de exclusividade por um ano para aquisição de até 582,8 MW médios de capacidade instalada de projetos eólicos greenfield, localizados nos municípios de Tucano, Biritinga e Araci no Estado da Bahia, a ser exercida de forma proporcional (pay-per-use) no momento em que for lastreada pela contratação de venda de energia de longo prazo.

Em 11 de novembro de 2019, a Controladora firmou com a Unipar Carbochloro S.A (“Unipar”) um Acordo de Investimento para a constituição de uma joint venture com controle compartilhado, cujo objeto será a geração de energia eólica no modelo de autoprodução. O projeto possui 155 MW médios de capacidade eólica instalada, equivalentes a 78 MW médios de garantia física à P50 e prevê um Contrato de Compra e Venda de Energia no mercado livre de 60MW médios pelo período de 20 anos com início em 2023.

Em 02 de dezembro de 2019, a Controladora assinou com a Anglo American Niquel Brasil S.A (“Anglo”) um Contrato de Compra e Venda de Energia para o fornecimento energia de 70 MW médios pelo prazo de 15 anos, com entrega a partir de 2022. Para cumprir com esse Contrato de Compra e Venda de Energia, a Controladora utilizará 167,4MW de capacidade instalada do projeto do Complexo Eólico Tucano, equivalentes a 79 MW médios de energia assegurada a P50.

Em 23 de dezembro de 2019, a Controladora exerceu parcialmente a opção de compra para aquisição de 8 SPE’s que representam 483,6MW, no valor de R\$100.379. Em 14 de janeiro de 2020, assinou o Sales and Purchase Agreement (“SPA”), condicionado o closing da transação à reestruturação societária das SPE’s. As SPE’s serão utilizadas para construção do complexo eólico que atenderá principalmente os contratos de venda de energia de longo prazo acima mencionados.

Em 13 de fevereiro de 2020, o processo de aquisição foi concluído após as condições precedentes terem sido atendidas ou renunciadas, nos termos do Memorando de Fechamento, data em que a titularidade das ações das SPE’s foi transferida e o controle assumido, diretamente pela Controladora, que posteriormente, via aumento de capital, transferiu este controle para as suas controladas diretas Tucano Holding I e Tucano Holdings II, com exceção da Tucano F5, que permaneceu como uma controlada direta da Controladora. As novas SPE’s serão usadas para construir o Parque Eólico e atender os PPA’s de longo prazo já contratados de Unipar e Anglo.

A contraprestação transferida em troca do controle das adquiridas foi de R\$100.379, sendo R\$21.749 pago pela Controladora aos vendedores na data de fechamento da transação e R\$34.429 subsequentemente pagos até 31 de dezembro de 2020. O saldo remanescente a pagar em 31 de dezembro de 2020 é de R\$44.201. Não há nenhuma consideração contingente.

A transação foi identificada como uma aquisição de ativos. Dessa forma, os ativos adquiridos, os passivos assumidos e os custos de transação foram reconhecidos, na Controladora, pelo custo alocado aos ativos pelo método relative fair value na data da aquisição, com base em laudo econômico financeiro emitido por empresa de avaliação independente.

A contabilização inicial desta aquisição foi reconhecida da seguinte forma: (i) R\$100.379 como investimento adquirido pela Controladora, sendo R\$7.202 relacionado a acervo líquido adquirido e R\$93.177 relacionado a direitos e projetos em desenvolvimento, dos quais R\$66.919 foram cedidos via aporte de capital nas controladas diretas Tucano Holding I (representadas pela Tucano F6, Tucano F7,

Tucano F8 e Tucano Holding III) e Tucano Holding II, nos montantes de R\$32.171 e R\$34.748, respectivamente, permanecendo o investimento na Tucano F5, no montante de R\$33.460.

Acervo líquido cedidos para aumento de capital

Em 19 de junho de 2020 a Tucano Holding I S.A. cedeu via aporte de capital os investimentos da Tucano F6, Tucano F7 e Tucano F8 para Tucano Holding III S.A., no montante de R\$2.517. Adicionalmente, no mesmo momento a Companhia cedeu via aporte de capital o intangível de direitos de exploração de autorização reconhecido decorrente da aquisição do projeto eólico Tucano no montante de R\$ 29.372.

Em 19 de junho de 2020, passa a ter o controle direto na Tucano Holding III S.A. e indiretamente pela AES Tietê Energia S.A (“AES Tietê”) e pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América).

Empreendimento controlado em conjunto (“Joint Venture”)

Em 03 de setembro de 2020, a Tucano Holding I S.A. firmou um contrato de compra e venda de ações com a Unipar Carbocloro S.A e efetuou a venda de 50% das ações da Tucano Holding III por um valor da transação de R\$ 40.119 , atualizado pelo IPCA, definido da seguinte forma: (i) R\$30.547 recebidos na data do fechamento; e (ii) R\$9.628 a receber até 31 de dezembro de 2021. Nesta mesma data foi firmado um acordo de acionistas que determina que ambas as Companhias possuem direitos iguais sobre a governança da Companhia Tucano Holding III S.A. e nenhuma das partes terão a habilidade de tomar decisões significativas de forma unilateral. Como resultado desses eventos, a Companhia deixou de consolidar a Tucano Holding III S.A. e passou a contabilizar em conjunto (“Joint Venture”).

As demonstrações contábeis das entidades em que a Companhia perdeu o controle, na data base de 31 de agosto de 2020, são resumidas conforme abaixo:

	Tucano F6	Tucano F7	Tucano F8	Tucano H. III
ATIVO CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	13	12	13	1
Tributos a recuperar	85	99	87	–
TOTAL ATIVO CIRCULANTE	98	111	100	1
ATIVO NÃO CIRCULANTE				
Cauções e depósitos vinculados	11.738	13.206	11.737	–
Outros ativos	–	370	–	–
Investimentos em controladas	–	–	–	80.242
Imobilizado, líquido	8.467	9.287	8.456	–
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE	20.205	22.863	20.193	80.242
TOTAL DO ATIVO	20.303	22.974	20.293	80.243

	Tucano F6	Tucano F7	Tucano F8	Tucano H. III
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>				
Fornecedores	29	59	55	–
Tributos a pagar	85	98	90	–
Outras obrigações	–	–	–	4
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE	114	157	145	4
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>				
Passivo de arrendamento	3.929	4.272	3.940	–
Outras obrigações	1	1	1	–
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE	3.930	4.273	3.941	–
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>				
Capital social subscrito e integralizado	16.308	18.590	16.259	80.535
Lucros acumulados	(49)	(46)	(52)	(296)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	16.259	18.544	16.207	80.239
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	20.303	22.974	20.293	80.243

	Tucano F6	Tucano F7	Tucano F8	Tucano H. III
<u>CUSTOS OPERACIONAIS</u>				
Custo de Operação				
Serviços de terceiros	(51)	(51)	(51)	–
TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS	(51)	(51)	(51)	–
<u>LUCRO BRUTO</u>				
	(51)	(51)	(51)	–
Equivalência patrimonial	–	–	–	(129)
Amortização de intangível e mais valia gerado em aquisições	–	–	–	(167)
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	–	–	–	(296)
Receitas financeiras	113	128	112	–
Despesas financeiras	(37)	(37)	(37)	–
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	76	91	75	–
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	25	40	24	(296)
Contribuição social	(24)	(27)	(24)	–
Imposto de renda	(50)	(59)	(52)	–
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	(74)	(86)	(76)	–
PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO	(49)	(46)	(52)	(296)

Comercialização de energia

As usinas deste conjunto possuem energia contratada a partir de janeiro de 2023. A contratação tem parceria de Joint Venture com a Unipar e totaliza 60 MWm de energia comercializada até dez/2042 (20 anos).

1.1 Impactos do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações contábeis

A propagação da pandemia de COVID-19 tem causado sérios impactos na economia global e nos mercados financeiros que poderiam potencialmente afetar material e adversamente as operações, condições financeiras e fluxo de caixa de nossos negócios.

Mesmo com a severidade da crise, a Companhia foi impactada apenas com a atualização de alguns seguros, que em um cenário pós-covid, tiveram um aumento em seu custo entre 0,16% e 0,30%. Importante mencionar que não houve ainda nenhum evento que tenha impactado de forma relevante os negócios da Companhia. Visto que a Companhia é pré-operacional, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve impacto relevante em seus resultados financeiros.

À medida que a pandemia do COVID-19 avança, a Companhia tem acompanhado atentamente sua evolução e vem envidando significativos esforços em seu combate. Com o objetivo de avaliar, monitorar e aplicar todas as medidas necessárias pela garantia da segurança e redução máxima de riscos às pessoas e aos negócios, o grupo AES criou um Comitê de Gestão de Riscos e Crise, liderado pela Diretoria de Tesouraria e Riscos.

Nesse sentido a Companhia continuará a revisar e modificar os planos a medida que as condições mudarem. Apesar dos esforços para gerenciar e remediar esses impactos para a Companhia, seu impacto final depende de fatores além do conhecimento ou controle da Companhia, incluindo a duração e a gravidade desta pandemia, bem como ações de terceiros para conter sua disseminação e mitigar seus efeitos na saúde pública.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 05 de outubro de 2021, a Diretoria da Companhia e autorizou a conclusão das demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2020, ainda em fase pré-operacional, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e está convencida de que suas operações terão fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo, pois caso o caixa não seja suficiente para honrar seus compromissos, a Companhia dependerá de aporte de recursos por parte de seu acionista. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança do Grupo, podendo sofrer alterações.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das despesas, ativos e passivos. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas, avaliações e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são: impostos valor justo de instrumentos financeiros e taxa de desconto dos passivos de arrendamentos.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.5 Novos pronunciamentos que entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2021

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1)
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica “Investimentos e curto prazo”.

	Controladora	
	2020	2019
Numerário disponível	1	–
Investimentos de curto prazo (CDB-DI)	18.099	–
Total	18.100	–

Movimentação de investimento de curto prazo (CDB-DI)

	Controladora	
	2020	2019
Saldo inicial	–	–
Aplicação	18.095	–
Resgate	(13)	–
Rendimentos	17	–
Total	18.099	–

Os investimentos de curto prazo são representados por operações compromissadas com liquidez diária e rentabilidade média de 79,03% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

4. OUTROS CRÉDITOS

	Nota	Controladora	
		2020	2019
CIRCULANTE			
Contas a receber sobre venda de participação acionária	1	9.628	–
Outros		3	–
Total		9.631	–

5. INVESTIMENTOS

A Companhia detém investimento em controlada em conjunto (joint ventures). Esse investimento é avaliado com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora e é, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A Companhia detém 50% de participação na joint venture, sendo detido controle em conjunto, pois, conforme os acordos contratuais, é requerido consenso unânime entre todas as partes do acordo para as atividades relevantes. A participação no investimento é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial. No consolidado, os ativos, passivos, receitas e despesas não são consolidados.

Na controladora a combinação de negócios são incluídos pelo valor contábil no investimento, inicialmente mensurado pelo seu valor justo e amortizado com base no resultado de equivalência patrimonial.

	Controladora	
	2020	2019
Participações societárias permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	52.355	—
Total	52.355	—

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

Movimentação dos investimentos	31/12/2019	Aporte de investimentos	Acervo líquido adquirido	Direitos e projetos em desenvolvimento e direitos contratuais	Acervo líquido e direitos e estudos cedidos para aumento de capital	Aumento de capital	Venda de participação para Unipar (i)	Equivalência Patrimonial	31/12/2020
	(Não auditado)								
Tucano Holdings III S.A.	—	79.959	—	—	—	13.093	(40.119)	(578)	52.355
Tucano F6	—	—	689	9.606	(10.295)	—	—	—	—
Tucano F7	—	—	1.139	10.443	(11.582)	—	—	—	—
Tucano F8	—	—	689	9.605	(10.294)	—	—	—	—
Total	—	79.959	2.517	29.654	(32.171)	13.093	(40.119)	(578)	52.355

A Companhia realizou aumentos de capital em seu empreendimento controlado em conjunto (joint venture) durante o exercício e sem emissão de novas ações.

(i) Em 03 de setembro de 2020, após o cumprimento das condições precedentes, a Companhia executou um contrato de compra e venda de ações para vender 50% de sua participação acionária indireta na Tucano Holding III S.A. para a Unipar. Com isso, a Companhia passou a deter 50% de participação na Tucano Holding III.

6. FORNECEDORES

A Companhia não possui obrigação com fornecedores em 31 de dezembro de 2020. O saldo no montante de R\$ 13 em 31 de dezembro de 2019 refere-se ao serviço de registro da alteração do ato societário.

7. TRIBUTOS A PAGAR

	Controladora	
	2020	2019
Tributos a pagar:		
CIRCULANTE		
Tributos Federais		
PIS/COFINS/CSLL sobre serviços	6	–
Total - Tributos a pagar	6	–

8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2020 o quadro acionário da Tucano Holding I S.A. é composto como segue:

Entre março de 2020 e outubro de 2020 foi realizado aumento de capital de R\$ 51.149 em moeda corrente pela AES Tietê Energia S.A.

	2020
AES Tietê Energia S.A.	80.813
Total	80.813

9. DESPESAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020
Despesas gerais e administrativas			
Consultoria - Outros serviços	(2)	–	(2)
Consultoria Financeira	–	–	(150)
Serviços contratados - Outros	12	(13)	12
Comunicação - Publicações legais	–	–	(2)
Depreciação e amortização	(257)	–	(424)
Total das despesas gerais e administrativas	(247)	(13)	(566)

10. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado
	2020	2019	2020
Receitas financeiras			
Receitas de aplicações financeiras	113	–	483
PIS e COFINS sobre receita financeira	(8)	–	(25)
Outros	58	–	58
Total	163	–	516
Despesas financeiras			
Tarifas e Encargos Bancários	–	–	(111)
IOF sobre Aplicações Financeiras	(1)	–	(1)
Total	(1)	–	(112)
Resultado Financeiro Líquido	162	–	404

11. COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia é tributada pelo regime de Lucro Real. No que se refere à forma de pagamento de imposto de renda e contribuição social, a Companhia está em posição de prejuízo fiscal para ano e, por esse motivo, não há necessidade de efetuar os recolhimentos das estimativas mensais.

	Controladora		Consolidado	
	2020		2020	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Corrente	24	15	186	90
Diferidos	–	–	–	–
Total	24	15	186	90
b) Demonstração do cálculo dos tributos:				
Resultado antes dos tributos	(663)	(663)	(427)	(427)
Adições (exclusões) permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	578	578	(264)	(264)
Depreciação / Amortização do intangível	257	257	424	424
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	(13)	(13)	416	416
Outros ajustes	3	3	1.091	850
Base de cálculo	162	162	1.240	999
Alíquota efetiva	15%	9%	15%	9%
IRPJ e CSLL antes das deduções	(24)	(15)	(186)	(90)
Desconto excedente a R\$ 240 ano	–	–	–	–
IRPJ e CSLL corrente	(24)	(15)	(186)	(90)
IRPJ e CSLL diferido	–	–	–	–
IRPJ e CSLL no resultado	(24)	(15)	(186)	(90)

12 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

12.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

		Controladora					
		2020		2019			
	Mensuração do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Categoria	
ATIVO (Circulante e não circulante)							
	Notas						
Caixa e equivalentes de caixa	3	Nível 2	1	1	–	–	Custo amortizado
Investimentos de curto prazo	3	Nível 2	18.099	18.099	–	–	Valor justo por meio do resultado
Outros créditos	4	Nível 2	9.631	9.631	–	–	Custo amortizado
Total			27.731	27.731	–	–	
PASSIVO (Circulante e não circulante)							
Fornecedores	6	Nível 2	–	–	13	13	Custo amortizado
Total			–	–	13	13	

Hierarquia de valor justo

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços); e
- Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

12.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia conta com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna e Ética e Compliance.

Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia, visando conceituar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.

A diretoria de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia está exposta, definir padrões a serem seguidos

pela Companhia no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

A Diretoria exerce a função de assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos.

Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos estratégico, financeiro, compliance, tecnologia, operacional, mercado, legal, regulatório, ambiental e crédito. A Diretoria também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas.

Ética e Compliance

A Companhia está comprometida em manter os mais altos padrões éticos e legais em todas as suas transações comerciais. Para tanto, potenciais parceiros de negócios são submetidos a um processo de análise e aprovação interna da Administração, conduzido pela área de Ética e Compliance, cujo principal objetivo é “conhecer” os seus parceiros e avaliar os riscos trazidos pelas transações a serem analisadas.

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e Compliance e com base na conclusão do processo investigativo, medidas de remediação apropriadas - sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - serão tomadas tempestivamente. Se houver um eventual impacto material nas demonstrações contábeis, os dados gerados pelo processo investigativo serão devidamente informados à governança da Companhia.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Caixa e equivalentes de caixa

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e os respectivos ratings nas principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco *rating* inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2020 é a seguinte:

	Controladora	
	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	1	–
Investimentos de curto prazo	18.099	–
Outros créditos	9.631	–
Total	27.731	–

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas em conjuntos (joint venture) controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas em conjunto (joint venture) podem revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas em conjunto (joint venture) adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade. Por fim, vale destacar que eventuais alterações à legislação tributária não produzem efeitos imediatos, de modo que a Companhia não deve ser impactada no mesmo instante em que forem promovidas

(c.2) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Tucano Holding III, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil e Grupo Unipar é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

14 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia da atividade de investimento foram as seguintes:

	Consolidado	
	2020	2019
Aumento de capital em controladas	854	–
Total	854	–

Clarissa Della Nina Sadock Accorsi
Diretora

Carlos Renato Xavier Pompermaier
Diretor

Hugo Saturo Nagae
CRC 1SP329701/O-6